

SETE NOVAS CIDADES DE MATO GROSSO

SEVEN NEW CITIES OF MATO GROSSO

Autor:

Vicente Barcellos (Professor Associado da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília - barcellos.vicente@gmail.com)

RESUMO:

O presente artigo tem como foco o estudo de sete novas cidades surgidas em Mato Grosso a partir da década de 1970 como resultado das políticas públicas de colonização promovidas durante o regime militar no arco de terras que envolvem a Amazônia e que acabou resultando no avanço da chamada fronteira agrícola, a qual no final da década de 1990 se consolida com o desenvolvimento da moderna produção agrícola que se expande na região Centro-Oeste. Se no início esses processos fizeram surgir inúmeros povoados que funcionavam como simples núcleos de apoio aos colonos que chegavam, mais tarde esses povoados se transformaram em dinâmicas cidades-sedes de novos municípios envolvidos no agronegócio. São consideradas no presente artigo as cidades de Sinop, Sorriso, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Campo Novo do Parecis, Campo Verde e Primavera do Leste.

Palavras-chave: Novas Cidades, Novas Paisagens Urbanas Urbanização Mato Grosso.

ABSTRACT:

This article focuses on the study of seven new cities in Mato Grosso emerged from the 1970s as a result of public policies of colonization promoted during the military regime in the arc of land surrounding the Amazon and eventually resulted in the advancement of call agricultural frontier, which in late 1990 was consolidated with the development of modern agricultural production expands in the Midwest. If earlier these processes have raised numerous villages that functioned as simple cores support the settlers who came later these villages became dynamic host cities of new municipalities involved in agribusiness. Are examined in this article the cities of Sinop, Sorriso, Lucas do Rio Verde, New Mutum, Campo Novo do Parecis Campo Verde and Primavera do Leste.

Keywords: New Cities, New Urban Landscape, Urbanization in Mato Grosso.

INTRODUÇÃO

A partir da década de 1970, no regime militar, em decorrência de políticas públicas de estímulo à colonização do arco de terras que envolvem a Amazônia; que se estende do Acre ao Pará, e inclui Rondônia, Mato Grosso, Tocantins e parte dos estados da Bahia (oeste baiano) e do Maranhão. Esses processos de colonização iniciados durante o regime militar acabaram por resultar no chamado avanço da fronteira agrícola brasileira, a qual se consolidou na década de noventa pelo desenvolvimento de uma moderna produção de grãos, que ao contrário do que se costuma pensar não se limita à monocultura de soja, embora essa seja a produção mais visível pela sua expressiva participação na pauta de exportações brasileira, mas inclui também a produção de milho, algodão, sorgo, feijão etc.

Num contexto que parecia fadado ao extrativismo, a pecuária e a agricultura de subsistência, surge em Mato Grosso uma moderna agricultura que provoca transformações econômicas e sociais, que fez com que o Estado se tornasse um importante polo de produção de grãos, impulsionando rápidas transformações na antiga rede de cidades, até então concentrada nas terras baixas da parte sul do Estado.

O presente trabalho é composto de três partes. A primeira trata dos processos de colonização que fazem avançar a fronteira agrícola e estabelecem os povoados que posteriormente se transformariam nas novas cidades. A segunda parte traz algumas considerações sobre as antigas cidades de Mato Grosso com o objetivo de estabelecer um contraponto com as novas cidades, e a última parte, que inclui breves observações sobre as sete novas cidades consideradas no âmbito do presente trabalho: Sinop, Sorriso, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Campo Novo do Parecis, Campo Verde e Primavera do Leste.

Com o presente artigo buscamos fazer uma primeira aproximação com a problemática dessas novas cidades que consideramos têm recebido pouca atenção no meio acadêmico, embora a produção agrícola das regiões onde elas se inserem ganhe cada vez mais importância para o país. Com as sucintas notas aqui reunidas sobre as sete cidades, esperamos contribuir para a reflexão sobre os processos que as geraram, bem como ajudar a pensar os modos como a esfera pública vem sendo constituída

nesse novos contextos e como ela tem contribuído para a organização da referidas paisagens urbanas nos seus mais precípuos elementos organizadores; os espaços livres públicos, ou seja nos seus sistemas de ruas, avenidas, praças e parques.

Entretanto, para que possamos entender essas novas cidades antes de tudo é preciso entender os processos que as fizeram surgir.

O AVANÇO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA E DA REDE DE CIDADES

A partir da década de 1970, durante o regime militar, a rede de cidades nos domínios do cerrado passa por intenso crescimento, como consequência das políticas públicas de estímulo ao avanço da chamada fronteira agrícola, no extenso arco de terras que envolvem a Amazônia, do Acre ao Maranhão, incluindo o então território de Rondônia e os estados de Mato Grosso e Goiás (até então não divididos), o estado do Pará e parte do oeste da Bahia. Tais políticas tinham como foco a ocupação de terras consideradas pouco ocupadas, feitas por meio da colonização agrária, política que se coadunava com a ideologia de segurança nacional ao mesmo tempo em que objetivava atender as demandas por terras, tanto as originárias de populações do nordeste e do sul do país, como modo de desmobilizar conflitos que se acirravam no campo.ⁱ

A ideologia desenvolvimentista e a ideia de “marcha para oeste” são fundidas no Programa de Integração Nacional que toma como um dos seus principais objetivos a colonização agrária no arco que envolve a Amazônia.ⁱⁱ Para tal, foram abertas rodovias, concedidos incentivos fiscais e estimulada à pesquisa como meio de se superar os obstáculos colocados pelo clima e pelos solos pobres e ácidos do cerrado.

Esses processos de colonização seguiram duas linhas distintas. A primeira tem como marca a intervenção direta do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que parcelava e distribuía lotes rurais a migrantes, principalmente do nordeste. A atual ocupação do interior de Rondônia bem como o surgimento de muitas das suas atuais cidades são resultado dessas intervenções estatais.ⁱⁱⁱ A segunda linha de colonização, embora também decorrente de estímulo do poder público, teve como principal ator a iniciativa privada. Essa solução predominou em Mato Grosso e no oeste da Bahia. Os excedentes de população rural do sul do país, em geral pequenos

e médios agricultores que dispunham de recursos e de energia para migrar, acabaram por se constituir os principais clientes da colonização privada.

Os principais fatores de atração de tal clientela eram o baixo custo das terras e a abundância delas, fato que contrastava com o alto custo e a exiguidade de terras encontradas no sul do país. O inconveniente era o isolamento e a ausência de qualquer infraestrutura de apoio seja em termos de estradas seja pela própria ausência de núcleos urbanos de apoio, onde fosse possível buscar serviços de saúde, educação ou o simples abastecimento. Agravava a situação o desconhecimento das técnicas de manejo dos pobres e ácidos solos do cerrado, motivo pelo qual essas regiões tinham até então permanecido quase intocadas.

Se inicialmente os primeiros colonizadores, em sua maioria de pequenas posses que plantavam usando um mínimo de técnicas modernas conseguiam algum sucesso, logo esses bons resultados atraíram novos colonos com maior disponibilidade de capital para aquisição de maior quantidade de terras e de maior disponibilidade de tecnologias. Neste processo, o colono que dispunha de maior preparo técnico e maior quantidade de crédito e de capital acumulado, teve maiores possibilidades de passar para uma escala de produção economicamente mais viável, enquanto outros acabaram desistindo e se desfazendo de suas propriedades, em muitos casos para investidores que não participaram das árduas etapas iniciais de colonização.

Mas, um fator decisivo para a consolidação desse processo de colonização e ocupação foi o desenvolvimento e a disseminação de novas tecnologias agrícolas que permitiram vencer os empecilhos que até então dificultavam a produção nos domínios do cerrado. Nesse sentido a pesquisa pública realizada pela Embrapa foi decisiva, pois além de desenvolver tecnologias de manejo dos solos criou variedade de grãos adaptados às peculiares condições do cerrado. Foi a partir daí que se desenvolveu uma indústria que passou a fornecer novos meios e materiais para produção agrícola.

Resolvidos os entraves técnicos à produção agrícola, os colonos se mostraram capazes de absorver as novas tecnologias e pouco a pouco passaram a desenvolver nas terras planas do alto das chapadas, uma agricultura que induzia ao trato mecanizado do solo e ao aumento das escalas de produção. Nesse processo a intensificação do uso de tecnologias viabilizaram constantes aumentos de produtividade e acabaram por contribuir para que ano a ano o país venha apresentando constantes aumentos das safras produzidas.

Hoje a fronteira agrícola está consolidada e a produção aí realizada cada vez ganha mais importância na economia nacional^{iv}. Há toda uma cadeia produtiva de grãos (soja, algodão, milho, feijão, sorgo etc.) que tanto atende as demandas da indústria nacional de alimentos e de rações, como produz excedentes para exportação, onde se destacam a produção de soja e milho, que tem ajudado nos superávits da balança comercial brasileira. Mas além de produzir excedentes para a exportação a agricultura brasileira tem atendido às demandas internas de alimentos, num contexto de constantes aumentos do consumo, principalmente pela emergência da chamada *nova classe média*^v.

Mas essa modernização da produção agrícola só se fez possível com surgimento de cidades de apoio à produção do campo, pois são nas cidades que se concentram os trabalhadores necessários à sua realização, os serviços técnicos e as agroindústrias. As cidades nesses casos, não podem ser entendidas como simples locais de moradia de boias-frias. Os dados de população dos municípios envolvidos na produção de grãos em Mato Grosso, segundo Bernardes (2007), permitem dizer que a superioridade da população urbana em relação à rural é reveladora da importância do espaço urbano nas atividades agrícolas modernas e que, umas das características do trabalho nesses municípios são; o vínculo empregatício com carteira assinada, o reduzido número de analfabetos e um significativo número de trabalhadores com nível superior.

Uma das principais características da distribuição das antigas cidades de Mato Grosso é sua localização junto aos rios que fazem parte da bacia do rio Paraguai. Nas altas e planas chapadas situadas ao norte, integrando portanto a bacia do Amazonas, cujas terras foram escolhidas para colonização, havia um vazio de cidades. De fato a rede de cidades de Mato Grosso até a divisão do estado e a criação de Mato Grosso do Sul nos idos de 1979 era bastante incipiente. E a situação pouco foi alterada até se colocar em marcha os processos de colonização que fizeram avançar a fronteira agrícola.

Foi a chegada de imigrantes vindos do sul, – um contingente constituído de pequenos sítiantes, principalmente, gaúchos e paranaenses que imigravam atraídos pela fartura de terras vendidos a preços relativamente baixos pelas empresas de colonização agrária, – que acabaram por fazer surgir os primeiros núcleos populacionais. Em muitos casos esses núcleos foram surgindo de modo improvisado como meio de apoio as necessidades mais imediatas de bens e serviços das populações que chegavam

para se instalar no campo. Em outros casos, pequenos núcleos de apoio de características urbanas foram abertos como atrativo suplementar aos colonos; ao adquirir terras para a produção o colono adquiria o direito a um lote no núcleo de apoio. O estabelecimento desses núcleos de apoio em muitos casos se mostrou vantajoso na medida em que os imigrantes que vinham em busca de oportunidades nem todos tinham recursos, condições ou interesse nas atividades do campo (Fig. 01).



Figura 01: Grupo de famílias de imigrantes vindos do sul no local onde surgiria a cidade de Campo Novo do Parecis. (Fonte: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis).

O desenvolvimento de novas técnicas de produção agrícola no cerrado foi fator primordial para a consolidação e o desenvolvimento da região. Mas tal não teria sido possível sem a transformação daqueles pequenos núcleos urbanos iniciais em cidades que, mais adiante, se tornaram sedes municipais.

Mas esses processos de transformação que fizeram com que Mato Grosso se tornasse um dos principais polos de produção de grãos do país não parecem terminados^{vi}. Até mesmo porque os fatores que colocam em marcha esse processo são internos, como os resultantes das mudanças sociais, mas, também, são exógenos, já que parte da produção se destina ao atendimento das demandas mundiais. Desde a década de 1990 a produção de grãos brasileira vem passando por constantes aumentos para atender as demandas, fato que sugere que as cidades na região se consolidem e cresçam.

Evidentemente que não foram poucos os custos sociais e ambientais desse processo de colonização. Não obstante a gravidade destes passivos eles não são objeto do presente trabalho que tem como foco as novas cidades.

As cidades escolhidas para exame no âmbito do presente trabalho são: Sinop, Sorriso, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Campo Novo do Parecis, Campo Verde e Primavera do Leste (ver Fig. 02).

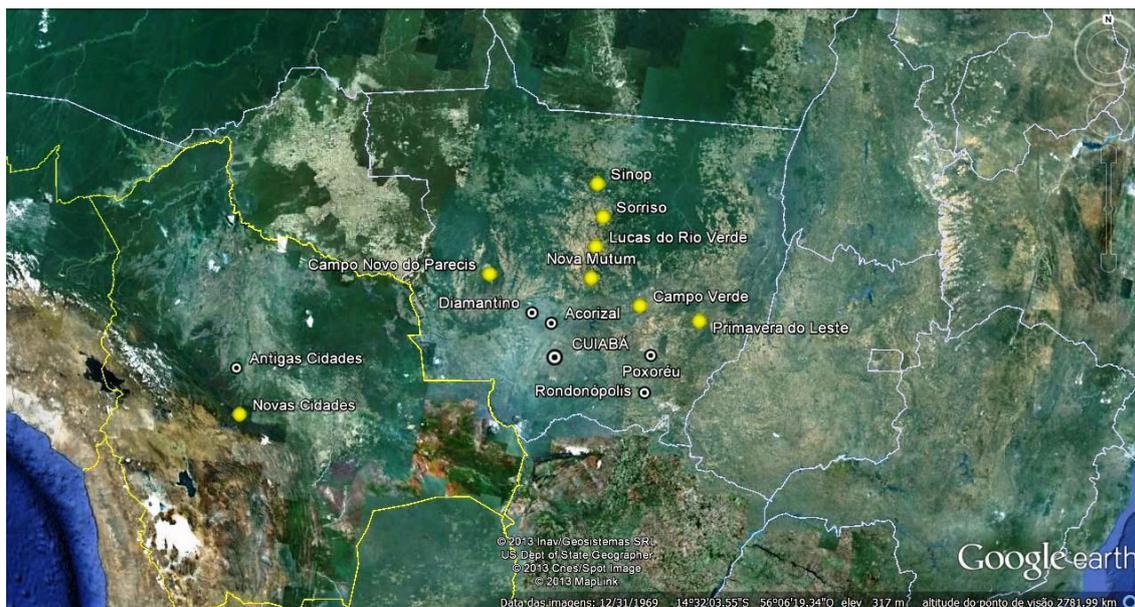


Figura 02: As novas cidades de Mato Grosso (em amarelo), surgidas na década de 1970 e as antigas cidades (em branco). (Fonte: Google Earth, imagens 17/07/2010).

Para que se tenha ideia do estágio de desenvolvimento econômico e social dessas cidades apresentamos o Quadro 01.

Quadro 01: Dados gerais de algumas das novas cidades de MT.

<i>Município</i>	<i>Ano de Emancipação</i>	<i>População Censo 2010 *</i>	<i>PIB per Capta em reais **</i>	<i>IDH 2000 ***</i>
Sinop	1979	113.009	17.787,12	0.807
Sorriso	1987	66.521	31.081,96	0.824
Lucas do Rio Verde	1988	45.556	36.269,32	0.818
Nova Mutum	1988	31.649	45.078,60	0.801
Campo Novo do Parecis	1988	27.577	41.564,63	0.809
Campo Verde	1988	31.589	34.639,94	0.800
Primavera do Leste	1986	52.066	39.778,94	0.805

Notas:

* Censo 2010. Fonte IBGE (<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/index.php>).

** Em preços correntes. Fonte IBGE (<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/index.php>).

*** IDH, Índice de Desenvolvimento Humano com base nos dados do Censo de 2000. Fonte PNUD.

As novas cidades de Mato Grosso contrastam bastante com as antigas cidades que não estão diretamente envolvidas na moderna agricultura praticada no Estado, a exceção de Cuiabá e de Rondonópolis, a segunda maior cidade (195.476 habitantes) e considerada capital regional e polo do agronegócio. As demais antigas cidades apresentam certa estagnação do crescimento da população e indicadores socioeconômicos incomparavelmente inferiores aos das novas cidades.

Tal é o caso de Acorizal, município emancipado em 1953, que no Censo de 2010 aparece com 5.516 habitantes (IBGE). Acorizal apresenta um PIB per capita de R\$9.402,66^{vii} e um Índice de Desenvolvimento Humano de 0,695 considerado médio (PNUD, 2010). O município de Poxoróe, emancipado em 1938, hoje com 17.599 habitantes (Censo IBGE, 2010), apresenta um PIB per capita de R\$15.749,64^{viii} e um Índice de Desenvolvimento Humano de 0,743 (PNUD, 2010) valor também considerado médio. Essas diferenças nos indicadores entre as novas e as antigas cidades, podem ser atribuídas a certo alheamento delas aos novos fluxos econômicos e sociais resultantes da moderna produção agrícola, fato que pode ser explicado pela sua localização nos sopés das chapadas, em locais pouco integrados as áreas da moderna produção agrícola.

NOVAS PAISAGENS URBANAS DE MATO GROSSO

Antes de tudo é preciso deixar claro que a expressão novas paisagens urbanas refere-se às cidades resultantes dos processos de colonização e de avanço da fronteira agrícola iniciado na década de 1970. Evidentemente que o número de novas cidades surgidas desde então ultrapassa em muito o número de cidades examinadas a seguir. Entretanto, dentro das limitações do presente trabalho escolhemos fazer algumas considerações sobre apenas sete dessas novas cidades que entendemos como mais significativas, por sua vinculação econômica, social e cultural à moderna agricultura que se instalou no Estado.

As cidades analisadas podem ser divididas em três partes. A primeira parte distribuídas ao longo da BR-163 (liga Cuiabá à Santarém no Pará) e inclui Sinop, Sorriso, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum. A segunda parte, restrita à cidade de Campo Novo do Parecis, situada no oeste do Estado, na chapada do Parecis. A terceira parte inclui as cidades de

Campo Verde e Primavera do Leste e situadas na chapada dos Guimarães, próximas a Rondonópolis, a segunda cidade do Estado.

SINOP

Sinop é a maior e a mais antiga das novas cidades e, ao contrário das demais cidades aqui estudadas, está situada inteiramente no bioma amazônico, fato que talvez explique uma maior vinculação do município à economia da madeira e menos à produção de grãos. É popularmente conhecida como a Capital do Nortão por ter em sua área de influência extensas áreas e inúmeras novas cidades, situadas no extremo norte do Estado.

O surgimento de Sinop é resultante dos processos de colonização empreendidos pela Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná (daí o nome da cidade), responsável também pelo surgimento de outras cidades-sedes de municípios das proximidades; como Vera, Santa Carmem e Cláudia. Na verdade o que a referida empresa realiza em Mato Grosso é repetir em maior escala a experiência de colonização que havia adquirido no oeste do Paraná cujo processo consistia na criação de um núcleo urbano de apoio envolvido por um cinturão verde de chácaras e envolvido por lotes rurais de maiores dimensões, numa situação que remete as concepções de cidade-jardim de Ebenezer Howard.^{ix}

O traçado da cidade organiza-se no sistema de tabuleiro que combina largas avenidas com canteiros centrais cujas caixas de rua situam-se entre 30 e 40 metros e ruas que em sua maioria apresentam caixas de rua de 20 metros. Portanto apresentam uma situação bastante favorável com calçadas bastante generosas. No encontro das avenidas há praças rotatórias; algumas de pequeno diâmetro e outras de grande diâmetro que chegam a produzir caixas de rua que atingem 130 metros de largura.

As condições de tratamento e manutenção das ruas são bastante razoáveis; a maior parte delas se apresenta pavimentada, com drenagem pluvial e em menor escala arborizadas. Entretanto as condições de tratamento e manutenção dos espaços livres públicos da cidade podem ser consideradas inferiores às demais cidades estudadas aqui, em especial se comparadas à Lucas do Rio Verde. Mas um aspecto que chama atenção em Sinop é a existência de um parque de grandes dimensões que é envolvido pela cidade, na verdade um parque florestal aberto ao acesso do público que engloba Áreas de Preservação Permanente (ver Fig. 03).



Figura 03: Vista aérea de Sinop tendo no primeiro plano o centro da cidade e no fundo o Parque Florestal. (Fonte: Prefeitura Municipal de Sinop).

SORRISO

Sorriso situa-se as margens da BR-163, área de transição da Amazônia para o Cerrado. O município está diretamente relacionado ao agronegócio e é um dos maiores produtores de soja do país, além da produção de milho e algodão, situação que fez com que fossem atraídas para o município grandes empresas nacionais e estrangeiras, algumas das quais aproveitando desses recursos produzem e industrializam carnes de frango e de suínos. O surgimento da cidade se deve a Colonizadora Feliz, empresa que até hoje atua na cidade embora já tenha perdido a hegemonia dos processos de loteamento urbano. A maior parte dos lotes urbanos foi vendida a colonos vindos do sul do país.

Em Sorriso, tal como em Sinop, as ruas e avenidas obedecem ao sistema de tabuleiro, embora suas caixas das vias sejam de menores dimensões e as praças rotatórias só residualmente estejam presentes, ainda assim elas apresentam um dimensionamento satisfatório (Fig. 04). A cidade dispõe na área central de um parque bem tratado e com boa infraestrutura de lazer e recreação bem como um sistema de praças, a maioria das quais apresenta boas condições de uso pela população.



Figura 04: Vista aérea de uma das avenidas de Sorriso. (Fonte: Prefeitura Municipal de Sorriso).

Ainda que muitas ruas e avenidas não apresentem pavimentação, quase todas elas situadas nas partes periféricas da cidade, onde a ocupação é mais recente e rarefeita o conjunto de espaços livres públicos da cidade apresenta boas condições de tratamento e manutenção. Nesse sentido, podemos dizer que a paisagem urbana de Sorriso, tal como as demais novas cidades consideradas aqui, apresenta características que as distingue da maior parte das cidades do interior brasileiro, resultado do estágio de desenvolvimento econômico e social alcançado por elas. (Fig. 05)



Figura 05: Avenida da área central de Sorriso. (Fonte: foto do autor).

LUCAS DO RIO VERDE

Lucas do Rio Verde se distingue dos demais municípios situados ao norte de Mato Grosso por dois motivos. O primeiro por estar situado, segundo o IBGE, no bioma cerrado e segundo por sua colonização não poder ser atribuída à iniciativa privada.

Os primeiros imigrantes chegaram ao local já em 1977, quando da abertura da BR-163, mas foi só em 1981 que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, INCRA, iniciou a colonização. O projeto de urbanização da cidade data de 1986 e foi feito por técnicos do referido órgão que abriu as primeiras ruas em terra e marcou os lotes. A cidade é hoje um dos principais polos do agronegócio do país. A atual paisagem urbana de Lucas do Rio Verde é fruto de sua evolução que pode ser descrita em três fases (Fig. 06). A primeira deu-se com a implantação do projeto de arruamento do INCRA que ocupou as áreas situadas entre a BR-163 e o córrego Lucas, em cujo entorno foi criado o principal parque da cidade. A segunda fase dá-se com a implantação do loteamento situado além do córrego. A terceira fase dá-se com a ocupação do lado oeste da BR-163 ao longo da qual inicialmente era só ocupada por instalações agroindustriais, área que depois sofreu diversas expansões, a última delas com a adição do uso residencial e de serviços, situação que gera conflitos.^x



Figura 06: Vista aérea de Lucas do Rio Verde. À esquerda do parque tem-se a segunda fase de expansão urbana. Entre o parque e a BR-163 situa-se a área mais consolidada da cidade (área projetada pelo INCRA). Do lado direito, depois da rodovia, situa-se a terceira fase de ocupação. (Fonte: Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde).

O sistema de espaços livres públicos da cidade é satisfatório, principalmente se comparados com a maioria das cidades brasileiras. As caixas das ruas e das avenidas da cidade variam de 20 a 40 metros de largura e de modo geral apresentam muito boas condições de tratamento e manutenção. As vias mais largas apresentam ilhas ou canteiros centrais separando as duas pistas. O dimensionamento de tais canteiros centrais é muito variado, em alguns casos chega a 10 metros de largura. Esse bom dimensionamento das ruas e avenidas permitiu a implantação de um sistema de ciclovias que percorre a maior parte da cidade. (Fig. 07 e 08).



Figura 07: Ciclovía situada em canteiro central de uma Avenida no bairro Cidade Nova. (Foto: Vicente Barcellos).

Chama atenção a preocupação com o ajardinamento e a arborização urbana. Evidentemente que nas partes mais antigas da cidade as árvores já estão mais maduras e propiciam um bom sombreamento enquanto nas partes novas as árvores não cumprem ainda esse papel. Mesmo nas áreas de expansão urbana cuja infraestrutura está em construção, na medida em que as obras vão sendo terminadas elas vão sendo secundadas pela arborização de ruas e avenidas.



Figura 08: Acesso a Lucas do Rio Verde pontuado pela escultura de um porco com uma espiga de milho na mão, às margens da BR163. (Foto: Vicente Barcellos).

A cidade dispõe de um conjunto de praças razoavelmente organizado e bem distribuído. O maior e principal parque da cidade é uma extensa faixa de Área de Preservação Permanente que envolve o córrego Lucas e suas matas ciliares, cuja largura varia entre 200 e 400 metros e divide a parte mais consolidada e central da cidade do bairro Cidade Nova, da segunda fase de expansão urbana.

NOVA MUTUM

O município tem como antecedentes um projeto de pecuária da empresa Mutum Agropecuária S/A que inicialmente atuava apenas na cria e engorda de gado e que diante do afluxo de colonos que passam pela região em direção a Lucas do Rio Verde e outras áreas de colonização, resolve em 1977 iniciar seu próprio projeto de colonização.

Para começar a colonizadora construiu dez casas numa vila aberta provisoriamente por trator de esteira. Em seguida uma escola e um centro comunitário, posto de saúde, um alojamento para abrigar os compradores de terra, infraestrutura considerada essencial

para que o projeto de colonização pudesse iniciar. Para o centro urbano foram reservados 551 hectares e quem adquirisse um lote rural, recebia de bonificação dois terrenos urbanos. Na fase inicial a empresa se responsabilizou pela administração do núcleo urbano inclusive pela contratação de médico, enfermeira etc. Embora Nova Mutum tenha ganhado o status de distrito do município de Diamantino já em 1981 é só mais adiante em 1981 que a cidade ganha um posto telefônico e em 1986 que recebe o primeiro posto de saúde e escola pública.

A cidade se desenvolve ao longo da rodovia BR-163 cujas laterais são ocupadas por silos de armazenagem de grãos, abatedouros de frango e suínos e estabelecimentos de serviços ligados a produção agrícola e ao transporte. Perpendicularmente à rodovia, largas avenidas que chegam a quase 50 metros de largura organizam o sistema em tabuleiro com grandes praças rotatórias. E tal como nas cidades anteriormente examinadas, o tabuleiro é interrompido por uma extensa Área de Preservação Permanente. Entretanto, em Nova Mutum, a área se apresenta degradada e sem benfeitorias que possibilitem o uso público sob a forma de um parque. (Figs. 9 e 10).



Figura 09: Vista aérea de Nova Mutum. (Foto: Prefeitura Municipal de Nova Mutum).



Figura 10: Vista aérea de Nova Mutum, tendo no primeiro plano a BR-163. (Foto: Prefeitura Municipal de Nova Mutum).

Embora a emancipação do município tenha ocorrido em 1988, portanto na mesma época das demais cidades, a aceleração do desenvolvimento da cidade só ocorreu nos últimos anos quando aportaram no município grandes investimentos do agronegócio, fato que explica a aceleração recente do volume de construções na cidade e a própria expansão da ocupação urbana. Assim é compreensível que os espaços livres públicos das partes mais consolidadas da cidade estejam mais organizados enquanto nas partes em processo de ocupação tudo esteja por fazer (Fig. 11)



Figura 11: Nova Mutum, expansão de bairro residencial. (Foto: Vicente Barcellos).

CAMPO NOVO DO PARECIS

Embora seu território tenha sido trabalhado pelo Mal. Cândido Rondon quando do estabelecimento das linhas telegráficas no início do século XX, foi na década de 1970, com a abertura de fazendas e a instalação de famílias de imigrantes vindos do sul às margens de um cotovelo da estrada que ligava Diamantino e Utiariti, que fizeram surgir o povoado que deu origem a cidade e com a criação do município em 1988 passa a se chamar Campo Novo do Parecis.

O crescimento e a consolidação de Campo Novo do Parecis parece ter sido retardado se comparado às demais cidades estudadas aqui. Entretanto, ela é fruto dos mesmos processos de colonização privada adotados em outros cantos do Estado. Ou seja, os lotes rurais se concentram no entorno do núcleo urbano que tem seu crescimento assegurado pela distribuição de um lote urbano para cada aquisição de lote rural, solução que dá ênfase à cidade.

O traçado de Campo Novo do Parecis pouco difere das demais cidades, a não ser pelo fato de durante a sua evolução ter ocorrido um certo nível de descontinuidade do tecido urbano, que distancia bairros periféricos de recente ocupação das áreas centrais e mais consolidadas da cidade (ver Fig. 09).



Figura 12: Imagem de Campo Novo do Parecis tendo na parte de baixo, à direita, o centro da cidade. (Fonte Google Earth em 05/07/2013).

Embora as áreas periféricas da cidade que estão em processo de expansão apresentem muitos problemas por resolver, a área central apresenta um bom nível de organização da paisagem urbana, fato que fica evidente no bom tratamento de ruas e avenidas, na oferta de equipamentos públicos de saúde e de ensino bem como no respeito da população às faixas de pedestres (Fig. 10).



Figura 13: Faixa de pedestre em frente a uma escola pública de Campo Novo do Parecis. (Foto: Vicente Barcellos).

CAMPO VERDE

O primeiro núcleo de povoamento do município foi Capim Branco, situado no sopé das chapadas cujo surgimento ocorreu ainda no final do século XIX quando chegaram os primeiros habitantes. A região permaneceu vinculada a uma agropecuária de subsistência até a década de 1970 quando chegam os primeiros imigrantes vindos do sul que introduzem o plantio de arroz e fazem surgir nos altos tabuleiros planos da Chapada dos Guimarães (a 736 metros de altitude), às margens da BR-070 (Brasília-Cuiabá), um posto de combustível cujo proprietário, alguns anos mais tarde, abre o primeiro loteamento que dá início à atual cidade, no lado sul da rodovia, cujos terrenos de relevo mais movimentados acabariam por limitar o crescimento da cidade nessa direção.

Em função disso Campo Verde acabou se desenvolvendo ao longo da rodovia, ao longo da qual predominam os usos industriais e os serviços pesados relacionados ao transporte e ao agronegócio, enquanto os usos residenciais e as atividades próprias ao centro urbano acabaram ficando no lado norte da rodovia.



Figura 14: Praça no cruzamento de duas avenidas em Campo Verde. (Foto: Vicente Barcellos).

Desse modo seu tecido urbano acabou sendo constituído pela justaposição de loteamentos de diferentes traçados embora na maior parte da cidade, e em especial, na área central, um traçado muito semelhante às demais cidades. Ou seja, largas avenidas com canteiros centrais que se cruzam formando praças rotatórias e ruas de menor largura (Figs. 14 e 15). Chama atenção nos espaços livres públicos de Campo Verde as boas condições de tratamento e manutenção apresentadas.



Figura 15: Avenida principal de Campo Verde. (Foto: Vicente Barcellos).

PRIMAVERA DO LESTE

O surgimento de Primavera do Leste se deve a um advogado paulista que se estabelece na área no início da década de 1970 e mais tarde cria um loteamento no cruzamento da BR-070 com a MT-130 quando abre as primeiras ruas da cidade.

Primavera do leste, tal como Campo Verde está situada na borda dos altos tabuleiros da chapada dos Guimarães a uma altitude de 650 metros. O conjunto do seu tecido urbano é resultado da justaposição de diferentes loteamentos que surgiram a partir do núcleo inicial, no encontro das já citadas rodovias que hoje cortam a cidade e que aglutinam no seu entorno silos de armazenagem de grãos, agroindústrias e serviços relacionados. Ainda que a cidade tenha sido constituída por diferentes loteamentos predominam no tecido urbano as avenidas com canteiros centrais intercaladas por ruas, tal como nas

cidades anteriormente examinadas, embora em Primavera do Leste o dimensionamento das caixas das vias seja menor, o qual acaba por resultar em calçadas mais estreitas. Na medida em que as praças rotatórias são de menores dimensões elas não se prestam aos usos de lazer e recreação, portanto seria de se esperar a existência de um maior número de praças, mas tal não ocorre. Os dois mais importantes espaços livres públicos tratados são; a praça da área central da cidade (Fig. 16) e o calçadão localizado às margens da BR-070, situação que sugere a importância da rodovia para a cidade.



Figura 16: Imagem aérea de praça da área central de Primavera do Leste. (Fonte: Prefeitura Municipal de Primavera do Leste).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na década de 1970, quando as políticas públicas estimulam a colonização de Mato Grosso e a ocupação de terras tomadas como desocupadas, objetivando o avanço da fronteira agrícola, as perspectivas de desenvolvimento econômico e social da região pareciam pouco críveis e de difícil fixação. Hoje, o potencial econômico despertado pela produção agrícola parece irreversível, principalmente se consideramos os aumentos das demandas internas e externas pela produção de grãos que ao contrário do que se costuma pensar não se limita a soja, mas inclui uma expressiva produção de milho, algodão, feijão, sorgo e outros grãos. Outro aspecto é que essa produção desempenha importante papel na inserção internacional do país. Tudo isso sugere o aprofundamento dos processos econômicos e sociais que vem ocorrendo na região e cujos reflexos podem ser observados nas cidades aqui estudadas.

Evidentemente que esses processos tiveram altos custos sociais e ambientais cujos passivos ainda estão pendentes, problemática não considerada no âmbito do presente trabalho que teve como limite o enfoque das condições de organização interna das paisagens urbanas dos municípios referidos, mais especificamente aquelas condições relacionados aos espaços livres públicos.

E do ponto de vista das paisagens urbanas não se pode negar que as cidades escolhidas para esse breve exame, apresentam boas condições de organização, especialmente no que se refere às condições de tratamento e manutenção dos seus espaços livres públicos de circulação e de fruição da vida social, como é o caso das avenidas, ruas, calçadas, ciclovias, praças e parques, pelo menos se comparadas a maior parte das cidades de mesmo porte encontradas no interior do país. Assim considerando, não se pode negar que o desenvolvimento econômico e social gerado pela produção agrícola nos territórios dos municípios estudados tem contribuído para uma melhor organização das paisagens das cidades-sedes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

- BARCELLOS, Vicente & RODRIGUES, Maria da Assunção Pereira Rodrigues. Novos Percursos e Novas Paisagens Urbanas: Oeste da Bahia. Encontro Nacional de Paisagismo em Escolas de Arquitetura e Urbanismo no Brasil. Porto Alegre: FAU-PUC-RS, 2010.
- BARCELLOS, Vicente & RODRIGUES, Maria da Assunção Pereira Rodrigues. Novas Paisagens Urbanas Brasileiras: Lucas do Rio Verde. in Sistemas de Espaços Livres: Conceitos, Conflitos e Paisagens. Org. Ana Cecília Arruda Campos et. al. FAUUSP, 2011.
- BECKER, Bertha. *Significância Contemporânea da Fronteira: uma Interpretação Geopolítica a Partir da Amazônia Brasileira*. in Fronteiras, org Catherine Aubertin. Paris e Brasília: Edunb & Orstom, 1988.
- BERNARDES, Júlia Adão. Modernização Agrícola e Trabalho no Cerrado Brasileiro. *Scripta Nova: Revista Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales*. Vol. XI, núm. 245 (54). Barcelona: Universidad de Barcelona, 2007.
- COY, Martin Desenvolvimento Regional na Periferia Amazônica. in Fronteiras. org Catherine Aubertin. Paris e Brasília: Edunb / Orstom 1988.
- GUANZIROLI, Carlos Enrique. *Agronegócio no Brasil: Perspectivas e Limitações*. Niterói: Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense, 2006.

FERREIRA, Inez Costa Barbosa. Ceres e Rio Verde: Dois Momentos de Expansão da Fronteira Agrícola. *in* Fronteiras, org. Catherine Aubertin. Paris e Brasília: Edunb e Orstom, 1988.

IBGE. *Regiões de Influência das Cidades: 2007*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, 2008.

_____. IBGE: *Cidades*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> Acesso em 10/07/2013.

MACHADO, L. O. A Fronteira Agrícola na Amazônia Brasileira. *Revista Brasileira de Geografia*, vol. 54, Rio de Janeiro, 1992, p. 27-55.

MARTINS, J. S. O Tempo da Fronteira. In: *Revista de Sociologia da Universidade de São Paulo*, n. 8, São Paulo, 1996, p.25-69.

NERI, Marcelo Cortes. *A Pequena Grande Década: Crise, Cenários e a Nova Classe Média*. Fundação Getúlio Vargas, Centro de Pesquisa Social, Rio de Janeiro, 2010.

PNUD. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil: Ranking do IDH dos Municípios do Brasil, 2000*. Programa de das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em <http://pnud.org.br/atlas/oque/index.php>, Acesso em 28/07/2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCAS DO RIO VERDE. *Plano Diretor do Município de Lucas do Rio Verde: Reavaliação e Atualização*. Lucas do Rio Verde, 2007.

SITES:

CAMPO VERDE. Prefeitura Municipal de. Disponível em <http://campoverde.mt.gov.br/portal/index.html>. Acesso em 11/06/2013.

CAMPO NOVO DO PARECIS, Prefeitura Municipal de. Disponível em <http://camponovodoparecis.mt.gov.br/portal/index.html>. Acesso em 11/06/2013.

NOVA MUTUM, Prefeitura Municipal de. Disponível em <http://novamutum.mt.gov.br/portal/index.html>. Acesso em 11/06/2013.

PRIMAVERA DO LESTE, Prefeitura Municipal de. Disponível em <http://www.primaveradoleste.mt.gov.br/portal/index.html>. Acesso em 10/07/2013.

SINOP, Prefeitura Municipal de. Disponível em <http://sinop.mt.gov.br/portal/index.html>. Acesso em 10/07/2013.

SORRISO, Prefeitura Municipal. <http://sorriso.mt.gov.br/portal/index.html>. Acesso em 10/07/2013.

ⁱ Ver Bernardes Modernização Agrícola e Trabalho no Cerrado Brasileiro. *Scripta Nova: Revista Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales*. Vol. XI, núm. 245 (54). Universidad de Barcelona, 2007.

ii Berta Becker (1988:69)

iii Ver Martin Coy, Desenvolvimento Regional na Periferia Amazônica. In *Fronteiras*. in *Fronteiras*, org Catherine Aubertin. Editora Universidade de Brasília / Orstom:Paris.

^{iv} Segundo a Guanzioli (2006), o agronegócio, entendido como a soma dos setores produtivos com os de processamento do produto final e os de fabricação de insumos, responde por quase um terço do PIB do Brasil e por valor semelhante das exportações totais do país, sendo a soja foi uma das principais responsáveis por boa parte dos superávits comerciais do país e das reservas acumuladas em moeda estrangeira.

^v Sobre a emergência da “nova classe média” ver NERI (2010).

^{vi} Como evidência do peso da contribuição de Mato Grosso nas exportações brasileiras, vale mencionar que, em 2009, o estado se tornou o maior exportador de soja, ultrapassando o Rio Grande do Sul que até então liderava. Do mesmo modo, superou o Paraná como maior exportador de milho (*Gazeta Mercantil*, 23/042009).

vii Em preços correntes. Fonte IBGE (<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/index.php>).

viii Em preços correntes. Fonte IBGE (<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/index.php>).

^{ix} Referimo-nos às cidades de Terra Rica, Iporã, Ubitatã, Formosa do Oeste, Jesuítas e vários povoados que não atingiram a condição de cidades.

^x Ver o Plano Diretor de Lucas do Rio Verde, Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde, 2007.